



DA COLETA À LIDERANÇA: TRAJETÓRIA DAS MULHERES NEGRAS E JOVENS NAS COOPERATIVAS DE CATADORES, UMA ANÁLISE A PARTIR DA COOPERATIVA DOS CATADORES DA VILA EMATER (COOPVILA)

FROM COLLECTION TO LEADERSHIP: THE TRAJECTORY OF YOUNG BLACK WOMEN IN WASTE GATHERERS' COOPERATIVES, AN ANALYSIS BASED ON THE COOPERATIVE OF WASTE GATHERERS OF VILA EMATER (COOPVILA)

Amanda Thaina Costa de Santana¹

Wanessa Rainara Santos Silva²

RESUMO

O presente artigo analisa as trajetórias de jovens mulheres negras nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Maceió/AL, com foco nas experiências de liderança que emergem nesse contexto. A investigação se ancora na abordagem qualitativa, com triangulação metodológica que envolve entrevistas com pesquisa exploratória por meio de roteiro semi-estruturado, pesquisa documental e aprendizagem experiencial. O campo de pesquisa abrange um delineamento específico à Cooperativa dos Catadores da Vila Emater-COOPVILA, localizada no município de Maceió-AL, que expressa os desafios e conquistas da economia solidária na região. O estudo busca compreender como gênero, raça e juventude se entrelaçam nas práticas de trabalho coletivo e de liderança, evidenciando o protagonismo feminino negro em um setor marcado historicamente pela marginalização social. Ao retomar a gênese da economia solidária, sua história em Alagoas e o recorte em Maceió, o artigo aponta para a relevância das catadoras enquanto sujeitos políticos que constroem alternativas de sustentabilidade e justiça social.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. E-mail: amanda.santana@ics.ufal.br

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. E-mail: wanessa.silva@ics.ufal.br

Palavras-chave: Economia Solidária. Catadoras de materiais recicláveis. Mulheres negras. Juventude. Liderança.

ABSTRACT

This article analyzes the trajectories of young black women in recyclable material collection cooperatives in Maceió, Alagoas, focusing on the leadership experiences that emerge in this context. The research is based on a qualitative approach, with methodological triangulation involving interviews with exploratory research using a semi-structured script, documentary research, and experiential learning. The field of research covers a specific design for the Vila Emater Waste Pickers Cooperative (COOPVILA), located in the municipality of Maceió, Alagoas, which expresses the challenges and achievements of the solidarity economy in the region. The study seeks to understand how gender, race, and youth are intertwined in collective work and leadership practices, highlighting the role of black women in a sector historically marked by social marginalization. By revisiting the origins of the solidarity economy, its history in Alagoas, and the case study in Maceió, the article points to the relevance of waste pickers as political subjects who build alternatives for sustainability and social justice.

Keywords: Solidarity Economy. Recyclable material waste pickers. Black women. Youth. Leadership.

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária é um modelo econômico que se fundamenta na justiça social, na sustentabilidade ambiental e na gestão democrática dos empreendimentos. Em Alagoas, sua presença tem se consolidado por meio da articulação entre movimentos sociais, iniciativas de base comunitária e políticas públicas que buscam fortalecer a organização coletiva e a autogestão. Conhecida entre os teóricos também pela categoria de economia coletiva, pode ser entendida como uma forma de produção, consumo e distribuição de renda que prioriza a valorização do ser humano em detrimento da lógica da acumulação capitalista. Nesse sentido, ao refletir sobre os princípios do capital, Karl Marx (2011) já observava que a acumulação não é apenas um processo econômico, mas um mecanismo de exploração da força de trabalho e de manutenção das desigualdades sociais. A economia solidária, ao se opor a essa lógica,

constitui-se como alternativa contra-hegemônica que desloca o eixo da economia da valorização do capital para a valorização da vida.

No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) representou um marco importante para o reconhecimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis como agentes centrais na gestão ambiental urbana e na promoção da inclusão social. Entretanto, mesmo diante desse avanço legal, os catadores continuam enfrentando condições precárias de trabalho, marcadas pela informalidade, pela invisibilidade social e pela falta de reconhecimento profissional. Em Maceió, a situação não é diferente: as cooperativas surgem em territórios atravessados por vulnerabilidades socioeconômicas, mas também se afirmam como espaços de resistência, solidariedade e construção de novas formas de organização coletiva.

A justificativa para a realização deste estudo ancora-se na relevância social e acadêmica do tema, uma vez que as desigualdades estruturais que atravessam a vida de mulheres negras e jovens ainda permanecem como fortes limitadores de sua inserção plena no mercado de trabalho e na participação política. Nesse sentido, as cooperativas de catadores configuram-se como espaços privilegiados para compreender como práticas de resistência e solidariedade podem se articular a projetos de emancipação social. Ao analisar a experiência da COOPVILA, busca-se destacar o potencial transformador da economia solidária, sobretudo quando reconhece e fortalece o protagonismo de mulheres negras e jovens enquanto sujeitos políticos que, por meio da coletividade, constroem alternativas de sustentabilidade, justiça social e novas formas de liderança.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar as trajetórias de mulheres negras e jovens nas cooperativas de catadores em Maceió/AL, destacando os processos de inserção, resistência e ascensão à liderança que se configuram nesses espaços coletivos. Tal enfoque permite compreender não apenas as dinâmicas de trabalho e organização interna das cooperativas, mas também os modos como sujeitos historicamente marginalizados constroem alternativas de reconhecimento social e de participação política. De forma articulada a esse objetivo amplo, o estudo se desdobra em três eixos específicos. O primeiro consiste em resgatar a gênese da economia solidária e sua trajetória em Alagoas, situando a experiência local no interior de um movimento mais amplo de enfrentamento às desigualdades sociais e econômicas. Em seguida, busca-se identificar o papel desempenhado pelas mulheres catadoras no processo de organização das cooperativas, evidenciando como sua atuação ultrapassa a dimensão produtiva e se projeta como instância de articulação comunitária e de

fortalecimento coletivo. Por fim, propõe-se analisar, a partir de uma perspectiva interseccional, os marcadores de gênero, raça e juventude que atravessam a experiência dessas mulheres, de modo a revelar como esses elementos se combinam tanto na reprodução de barreiras quanto na emergência de práticas de liderança que desafiam a lógica excludente do mundo do trabalho.

Metodologicamente, a investigação ancora-se em uma abordagem qualitativa, com triangulação de procedimentos que inclui entrevistas semi estruturadas, pesquisa documental e aprendizagem experiencial. O campo concentra-se na Cooperativa dos Catadores da Vila Emater (COOPVILA), localizada em Maceió/AL, cuja trajetória expressa tanto os desafios da economia solidária na região quanto os processos de construção de novas formas de organização coletiva e liderança.

Por fim, este artigo organiza-se em três partes principais: inicialmente, apresenta-se um panorama teórico sobre a economia solidária, o trabalho das mulheres catadoras e a interseccionalidade de gênero, raça e juventude; em seguida, descrevem-se a metodologia e a análise do campo empírico da COOPVILA; e, por fim, discutem-se os resultados à luz da literatura, destacando as contribuições das mulheres negras e jovens como sujeitos políticos que reinventam práticas de sustentabilidade e justiça social.

2. METODOLOGIA

Tratou-se de pesquisa do tipo exploratória, fundamentada na abordagem qualitativa e na compreensão das experiências e trajetórias das cooperadas, a entrevista foi a técnica escolhida para a coleta de dados, pois possibilita uma maior aproximação das pesquisadoras com os profissionais, permitindo, além do aprofundamento do diálogo, a interpretação das situações de trabalho das catadoras.

A escolha pela perspectiva qualitativa se justifica pela necessidade de captar significados, percepções e sentidos atribuídos pelas próprias participantes à sua prática profissional e à organização coletiva, indo além da simples quantificação de dados. O estudo buscou investigar de maneira participativa a realidade da cooperativa e compreender os fatores que atravessam sua constituição, funcionamento e importância social. Para isso, também foram realizadas pesquisas documentais em acervos relacionados à temática, de modo a resgatar informações históricas e contextuais acerca da trajetória dos catadores e da formalização da COOPVILA.

Complementarmente, foi realizada uma visita de campo, que possibilitou o contato direto com o espaço físico da cooperativa e com a comunidade em que ela se insere. Essa etapa permitiu observar in loco as condições de trabalho, a dinâmica organizacional e o ambiente em que se desenvolvem as atividades.

As entrevistas foram agendadas previamente pelo whatsapp e feitas presencialmente, a condução da entrevista iniciou-se com uma conversa de aproximação com o tema, seguindo de uma leitura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que confirmou o direito de anonimato das entrevistadas, de que não seriam prejudicadas além de garantir que a pesquisa não causaria dano as participantes, servindo apenas para fins de pesquisa, divulgação e uma compreensão mais concreta da realidade investigada. A entrevista foi guiada por um roteiro semi-estruturado. Esse instrumento possibilitou abordar questões relacionadas à história da cooperativa, sua origem, as motivações para a sua formação, o perfil das cooperadas, bem como os principais desafios e conquistas enfrentados ao longo de sua trajetória. Além das perguntas de caráter qualitativo, também foram coletados dados quantitativos, como número de toneladas de materiais reciclados, faturamento e outros indicadores econômicos, que contribuíram para o aprofundamento da análise.

Após a coleta, os dados foram sistematizados e analisados com base na técnica de triangulação metodológica utilizada – que consistiu no cruzamento de diferentes fontes e métodos de investigação. Essa estratégia metodológica conferiu maior consistência analítica à análise, ao permitir uma visão tangível e integrada da realidade estudada, articulando documentos, observações e relatos das entrevistadas.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Gênese da Economia Solidária

A economia solidária possui raízes históricas no século XIX, no contexto europeu, quando as transformações trazidas pela Revolução Industrial aprofundaram desigualdades sociais e precarizaram as condições de vida da classe trabalhadora. Diante desse cenário, operários e comunidades marginalizadas buscaram formas coletivas de sobrevivência, estruturando associações de ajuda mútua, caixas de socorro, cooperativas de produção e de consumo. Um marco considerado inaugural do cooperativismo moderno foi a Cooperativa dos Probos de Rochdale, fundada em 1844, na Inglaterra, que estabeleceu princípios de

autogestão, democracia e participação coletiva que permanecem como referência até os dias atuais (SINGER, 2002).

Entretanto, ainda antes da formalização europeia, já existiam práticas comunitárias que expressavam valores solidários em diferentes sociedades. No Brasil, os mutirões rurais, nas comunidades andinas, e em diversos territórios africanos as práticas tradicionais de ajuda mútua constituíam experiências de cooperação que revelam a ancestralidade da solidariedade econômica como forma de organização social (GAIGER, 2004).

No século XX, sobretudo a partir da década de 1970, a economia solidária ressurgiu com força no contexto da crise do emprego formal e do avanço do neoliberalismo. Na América Latina, movimentos sociais e populares passaram a retomar o cooperativismo e as práticas de autogestão como alternativa ao desemprego estrutural e à exclusão social. Além de suas raízes históricas e sociais, a economia solidária no Brasil foi gradativamente se estruturando também no plano jurídico e institucional. Um primeiro marco ocorreu em 1971, com a promulgação da Lei nº 5.764, que estabeleceu a Política Nacional de Cooperativismo e definiu as bases legais das sociedades cooperativas no país. Esse avanço conferiu legitimidade a práticas já existentes, embora ainda mais voltadas a modelos tradicionais de produção agrícola e crédito. Esse movimento ganhou maior expressão a partir das décadas de 1980 e 1990, articulado a sindicatos, pastorais sociais e organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passaram a adotar empreendimentos solidários como estratégia de resistência (FRANÇA FILHO, 2007).

Nas décadas seguintes, foram criadas instâncias de fortalecimento e formação, como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), em 1994, voltado à capacitação dos cooperados, e a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), fundada em 2000, que ampliou o protagonismo da agricultura familiar e articulou experiências de base popular em diferentes estados, incluindo Alagoas.

A consolidação institucional da economia solidária ocorreu em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, sob coordenação de Paul Singer. Essa iniciativa marcou a entrada da economia solidária na agenda de políticas públicas brasileiras, garantindo apoio estatal à formação de cooperativas, associações e redes produtivas em todo o país (SINGER, 2002; CORAGGIO, 2011). Essa secretaria desempenhou papel central na promoção de empreendimentos solidários e no fomento a redes de produção, consumo e finanças solidárias.

Do ponto de vista conceitual, a economia solidária se estrutura em torno de princípios fundamentais que a diferenciam da lógica capitalista tradicional: autogestão, com participação direta dos trabalhadores nos processos decisórios; cooperação, em oposição à competitividade de mercado; democracia econômica, assegurando igualdade de voz e voto a todos os membros; solidariedade e inclusão social, integrando grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros, jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade; sustentabilidade, valorizando práticas de respeito ambiental e justiça social; e um circuito econômico alternativo, que articula produção, consumo responsável, comércio justo, finanças solidárias e redes de troca (GAIGER, 2004; FRANÇA FILHO, 2007).

Assim, compreender a gênese da economia solidária implica reconhecer que suas origens estão tanto nas lutas operárias da modernidade europeia quanto em tradições comunitárias ancestrais, e que sua trajetória contemporânea, especialmente na América Latina, a situa como resposta crítica e transformadora às desigualdades estruturais do capitalismo.

3.2. Economia solidária em Alagoas

O movimento da economia solidária em Alagoas começa a se estruturar de forma mais orgânica a partir da década de 1990, quando feiras comunitárias, grupos de produção artesanal e associações de trabalhadores informais passaram a se organizar em redes, articulando formas de autogestão em resposta ao desemprego e à exclusão social. Esse processo foi impulsionado pelo apoio de organizações da sociedade civil, como pastorais sociais e ONGs ligadas à defesa dos direitos humanos, que desempenharam papel importante na formação e na capacitação de grupos locais.

No plano das políticas públicas, alguns avanços foram decisivos. Em 2008, foi criado o Programa Estadual de Economia Solidária em Alagoas, com o objetivo de apoiar feiras e empreendimentos solidários, ampliando o reconhecimento institucional do setor. Posteriormente, em 2014, a economia solidária foi incorporada ao Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, como estratégia de enfrentamento à pobreza, reforçando o alinhamento entre as políticas estaduais e nacionais. Em 2020, a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) passou a articular o setor no campo legislativo, e, mais recentemente, em 2023, a criação da Secretaria Executiva do Cooperativismo,

Associativismo e Economia Solidária (SECAES) sinalizou a consolidação do tema na agenda pública estadual, garantindo maior institucionalidade e perspectiva de continuidade às ações.

Além disso, um marco foi a criação do Programa Cata+Alagoas, também conhecido como Projeto Cata Mais, é uma iniciativa do Governo do Estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Qualificação- SETEQ que visa fortalecer a economia solidária e a coleta seletiva no estado. O projeto atua oferecendo capacitação profissional, fornecimento de equipamentos e incentivos às cooperativas e aos catadores de resíduos recicláveis, com o objetivo de formalizar a atividade e promover a valorização do trabalho desenvolvido por esses sujeitos. Ao criar condições para o desenvolvimento social e ambiental, o Cata+Alagoas representa uma política pública estratégica que articula inclusão produtiva, sustentabilidade e autonomia econômica, contribuindo para que cooperativas como a COOPVILA ampliem suas capacidades de organização, atuação coletiva e protagonismo de seus membros.

Na prática, a economia solidária em Alagoas se manifesta de forma plural: nas feiras agroecológicas que conectam agricultores familiares a consumidores urbanos; nas cooperativas de crédito solidário que fortalecem a autonomia financeira dos grupos; nos empreendimentos de produção artesanal que resgatam e valorizam a cultura local; e, de maneira central, nas associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que se tornaram referência na articulação entre sustentabilidade ambiental, geração de renda e protagonismo social. Dessa forma, a economia solidária no estado deve ser compreendida não apenas como um arranjo produtivo alternativo, mas como uma ferramenta estratégica para a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a resistência às desigualdades históricas que marcam o Nordeste brasileiro.

3.3. Cooperativas de catadores em Maceió: A relação entre território, exclusão social e práticas de solidariedade

Em Maceió existem cinco cooperativas ativas de reciclagem:

1. Cooperativa de Recicladores- COOPREL, localizada no R. B 9 Cj Benedito Bentes I, 39 - Benedito Bentes, Maceió - AL, 57072-751.
2. Reciclagem- COOPREL, localizada em Av. Menino Marcelo, 6001 - Antares, Maceió - AL, 57048-024.

3. Cooperativa dos Recicladores de Lixo Urbano de Maceió- COOPLUM, localizada na Av. Comendador Gustavo Paiva- , S/N, Jacarecica, Maceió - AL, 57038-635.
4. Cooperativa das catadoras e catadores da Lagoa Mundaú- COOPMUNDAÚ localizada na Av. Governador Theobaldo Barbosa - Ponta Grossa, Maceió - AL, 57014-618.
5. Cooperativa dos Catadores da Vila Emater- COOPVILA, localizada na Vila Emater - R. A, S/N - Jacarecica, Maceió - AL, 57038-640 (campo de análise do nosso trabalho)

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis emergem em um contexto de forte desigualdade socioespacial e de precarização das condições de trabalho urbano. Desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000, grupos de catadores passaram a se organizar coletivamente em associações e cooperativas como forma de garantir melhores condições de sobrevivência diante da informalidade, da ausência de políticas públicas consistentes para a gestão de resíduos sólidos e da histórica exclusão social que atinge trabalhadores e trabalhadoras vinculados a essa atividade (CARNEIRO, 2017).

O processo de organização foi impulsionado, em parte, por políticas ambientais de destinação adequada de resíduos, que abriram espaço para a atuação de catadores em caráter formal, mas também pela mobilização de movimentos sociais, ONGs e pastorais que enxergaram na economia solidária uma alternativa à exploração do trabalho precarizado. Assim, cooperativas como a COOPVILA, entre outras experiências locais, tornaram-se referências na busca pela valorização do trabalho dos catadores e na luta por reconhecimento social.

A relação entre as cooperativas e o território urbano de Maceió é central para compreender os desafios enfrentados. Grande parte dos catadores reside em áreas periféricas, marcadas pela escassez de serviços públicos, pela vulnerabilidade habitacional e pela segregação socioeconômica. Essas condições de exclusão territorial refletem-se diretamente na inserção precária no mercado de trabalho, reforçando estigmas históricos associados à coleta de materiais recicláveis como atividade de “última opção” (GOHN, 2011). Nesse cenário, a cooperativa não apenas organiza o trabalho, mas cria um espaço de solidariedade capaz de romper parcialmente com a marginalização social.

As práticas de solidariedade se expressam tanto no cotidiano do trabalho coletivo, como a divisão justa da renda, a partilha de responsabilidades e a autogestão das tarefas, quanto na dimensão comunitária, quando a cooperativa se torna espaço de apoio mútuo, de troca de experiências e de construção de identidades coletivas. A atividade dos catadores em

Maceió, portanto, não pode ser compreendida apenas como geração de renda, mas como produção de cidadania e resistência frente às desigualdades estruturais.

Nesse sentido, as cooperativas de catadores revelam o papel político da economia solidária: mais do que um arranjo produtivo, constituem-se em espaços de luta por reconhecimento, de valorização de sujeitos historicamente marginalizados e de articulação entre sustentabilidade ambiental e justiça social.

3. 4. Trajetória Coopvila

A Cooperativa dos Catadores da Vila Emater (COOPVILA) fundada em 06/12/2008 (seis de dezembro de dois mil e oito) está localizada em uma comunidade historicamente marginalizada formada por ex-catadores do antigo lixão de Maceió³, que com sua desativação em 2010, as famílias que trabalhavam na região permaneceram habitadas no mesmo local vivendo em cenário de autoconstrução com falta de recursos básicos e infraestrutura inadequadas, mas, que mesmo em tais condições representa um espaço físico de trabalho e um território marcado por resistência, como retratado no documentário realizado com moradores da comunidade “O Lixo Sai, A Gente Fica 2010”⁴ – descreve o encerramento do lixão e como isso transformou a realidade dos catadores, que tinham naquele espaço sua principal fonte de sobrevivência – todavia a retirada do lixão não resultou na remoção das pessoas, que permaneceram lutando pela afirmação de sua profissão enquanto catadores e ainda tem a coleta como fonte de renda central, seja de forma autônoma ou coletiva.

“O caso dos catadores de lixo merece uma menção especial, devido a seu significado social. Recolher material reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo. Eles não têm outras alternativas a não ser, talvez, atividades criminosas e a mendicância. Uma grande parte dos que moram na rua ou em lixões se dedica a catar material reciclável. Sendo extremamente pobres, são explorados pelos sucateiros, que lhes adiantam dinheiro para poderem subsistir em troca da entrega do material coletado a preços vis. A única defesa é a união que faz a força: a cooperativa.” (SINGER, PAUL, 2002 p. 89 grifo nosso).

A área da Vila Emater passou a despertar interesse do mercado imobiliário, por estar localizada próxima ao mar e ao shopping – Parque Shopping Maceió – de alto padrão da

³ Situava-se entre os bairros de Jacarecica e São Jorge, acumulava-se cerca de 45 mil toneladas de ‘lixos’ por mês, cerca de 1,5 mil toneladas por dia.

⁴ Disponível em: <https://youtu.be/CEVRgunN6s0?feature=shared>

cidade. Antes, a preocupação da comunidade se concentrava nas condições precárias de vida e trabalho – exposição ao sol e à chuva, contato com animais mortos, moradias improvisadas e falta de infraestrutura básica, problemas agravados a cada inverno. Hoje, soma-se a esses desafios a pressão da especulação imobiliária, marcada pela construção de grandes casas, prédios e até muros que avançam sobre o território destinado aos moradores da comunidade. Esse processo revela como, com a valorização da terra após a desativação do lixão, os interesses econômicos passaram a se sobrepor às necessidades humanas, impondo entraves que dificultam o acesso da população a direitos fundamentais e reforçam a lógica de exclusão social.

Com a desativação do lixão de Maceió, que por décadas foi a principal fonte de sustento para várias famílias do território, muitos moradores ficaram subitamente sem renda. Em resposta, o poder público local apresentou soluções emergenciais: empregos temporários para os homens e cursos profissionalizantes para as mulheres. Entretanto, tais medidas desconsideram a realidade socioeducacional dessa população, marcada por altos índices de analfabetismo e baixa escolaridade. Segundo Dagnino e Johansen (2017), do total de quase 400 mil catadores no Brasil, mais de 66% são negros, 20% são analfabetos e cerca de 24% possuem apenas o ensino fundamental. Dados do Ipea reforçam esse cenário, indicando que, no Nordeste, a taxa de analfabetismo entre catadores ultrapassa 34%, enquanto apenas 20,4% dos trabalhadores com 25 anos ou mais concluíram o ensino fundamental.

Diante dessa realidade, muitas mulheres recusaram limitar-se aos cursos oferecidos, pois suas necessidades imediatas estavam ligadas à sobrevivência de suas famílias. Movidas pela urgência de garantir o sustento dos filhos e apoiadas por organizações não governamentais parceiras, essas mulheres perceberam a importância da organização coletiva e da busca por melhores condições de trabalho. Nesse processo, iniciaram um movimento de reeducação, formação e capacitação, que resultou na constituição da COOPVILA.

A fundação da cooperativa foi viabilizada pelo apoio do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP), que forneceu um kit básico de trabalho – composto por prensa, balança e elevador – além de uma bolsa de incentivo no valor de R\$ 160, destinada aos cooperados. Esse apoio inicial permitiu que o grupo realizasse pesquisas de interesse sobre a coleta seletiva na região. A aceitação da comunidade em separar os materiais recicláveis impulsionou a implementação do novo modelo de trabalho, marcando a transição

da precariedade do lixão para a construção de um espaço coletivo de dignidade, geração de renda e empoderamento social, especialmente protagonizado por mulheres negras e jovens.

A partir de 2011, iniciou-se um processo de preparação coletiva das catadoras da Vila Emater, com foco na inscrição em editais públicos que pudessem garantir recursos e condições estruturais para a cooperativa. Nesse período inicial, a organização chegou a pagar aluguel pelo espaço onde desenvolvia suas atividades. Contudo, após visitas técnicas de representantes do Estado, constatou-se que a área pertencia ao poder público, sendo então formalizado um termo de concessão de uso. Ainda assim, as cooperadas enfrentaram represálias, intimidações e ameaças de supostos proprietários da terra, o que evidenciou a vulnerabilidade e os obstáculos enfrentados por esse grupo socialmente marginalizado.

Apesar dessas adversidades, a cooperativa seguiu em processo de fortalecimento. O ano de 2017 representou um marco histórico, tanto para a COOPVILA quanto para as demais cooperativas de Maceió, com a efetiva aplicação da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A priorização da contratação de catadores e cooperativas para a coleta seletiva, configurou um divisor de águas, assegurando maior estabilidade e legitimidade ao trabalho desenvolvido.

A partir desse momento, a cooperativa consolidou-se como uma referência de organização e resistência, estruturada principalmente pela liderança e pelo protagonismo das mulheres e mães que compõem a cooperativa. Hodiernamente, após inúmeros desafios, a cooperativa mantém-se firme, conta com apoio de 27 cooperados sendo 21 mulheres e 6 homens.

Dessa forma, a COOPVILA reorganizou a atividade econômica da comunidade, e consolidou um espaço de união, protagonismo e empoderamento, permitindo que mulheres negras ocupassem posições de liderança e visibilidade dentro da cooperativa, como a trajetória da representante estadual do Movimento Nacional dos Catadores/as de Materiais Recicláveis (MNCR) e sócio-cooperada da coopvila, exemplificando sua proeminência e protagonismo iniciou suas atividades como catadora no antigo lixão, ela gradualmente assumiu posições de liderança, destacando-se pela luta pelo reconhecimento da profissão e pela garantia de direitos socioeconômicos para os trabalhadores da reciclagem. Seu engajamento reflete a importância da organização coletiva e da mobilização social como instrumentos de afirmação de direitos em contextos historicamente marginalizados.

3.5. Catador como profissão

As cooperativas de catadores representam um segmento essencial na engrenagem da gestão de resíduos sólidos urbanos, pois exercem um trabalho de caráter público ao realizar a coleta, a separação e a triagem de materiais recicláveis. Entretanto, a simples comercialização dos resíduos doados não garante condições econômicas suficientes para assegurar a sustentabilidade dessas organizações. Nesse sentido, a defesa do direito ao trabalho digno e à remuneração justa torna-se um elemento central para compreender a importância da formalização e do reconhecimento institucional da atividade.

“A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e de desenvolvimento da autoajuda e da ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores.” (SINGER, PAUL, 2002, p. 89).

No caso de Maceió, observa-se que iniciativas como a da COOPVILA reforçam a necessidade de participação ativa do poder público municipal.

“Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido e financiamento para processar parte do material separado, agregando-lhe valor.” (SINGER, PAUL 2002, p. 89).

Cabe à administração local estabelecer contratos formais com as cooperativas, assegurando remuneração adequada e favorecendo a criação de novos postos de trabalho. Tal medida não se restringe ao aspecto econômico: ela integra uma política pública de combate às desigualdades sociais e de promoção de justiça socioambiental, contribuindo para a construção de uma sociedade mais solidária. Nesse sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 – PNRS) constitui um marco legal relevante, pois estabelece a obrigatoriedade de elaboração de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, que priorizam a contratação de catadores e cooperativas para a coleta e triagem de materiais recicláveis. A implementação da PNRS promove a inclusão socioeconômica desses trabalhadores, reconhecendo formalmente a relevância de sua atividade para a gestão sustentável de resíduos, para a economia local e para a qualidade de vida da sociedade.

Os catadores, sejam autônomos ou organizados em cooperativas, exercem uma função estratégica para a economia circular, atuando diretamente na coleta, separação e encaminhamento de materiais recicláveis. De acordo com dados da Associação Brasileira de

Resíduos e Meio Ambiente (Abrema, 2022), cerca de 90% de todo o material reciclado no país passa pelas mãos desses trabalhadores, o que evidencia sua relevância para a sustentabilidade ambiental.

Segundo o panorama dos resíduos sólidos no Brasil de 2024, sobre a coleta informal, destaca-se pela ausência de infraestrutura adequada de transporte e armazenamento, todavia considera-se que praticamente todo o material recolhido possui valor de mercado. Por isso, atribui-se a esse processo uma taxa de recuperação de 100%, sendo os rejeitos insignificantes. Dessa forma, entende-se que os resíduos coletados por catadores independentes são integralmente destinados à reciclagem, consolidando sua atuação como indispensável na cadeia produtiva dos recicláveis e no fortalecimento das práticas sustentáveis no Brasil.

De acordo com o Anuário de Reciclagem, o setor de catadores em Alagoas apresentou um crescimento expressivo nos últimos quatro anos, refletindo diretamente na economia local e na geração de renda, no ano de 2024 apresenta 45 organizações de catadores com cerca de 1.048 (um mil e quarenta e oito) catadores e catadoras atuantes nas organizações mapeadas, com cerca de 18.014,98 (dezoito mil e catorze e noventa e oito) toneladas de matérias sólidos reciclados gerando um faturamento anual de R\$9.857.787,06 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e setecentos e oitenta e sete e seis centavos) com renda média para os catadores de R\$1.424,29. (um mil, quatrocentos e vinte e quatro e vinte e nove centavos). Comparando com o ano de 2020 observa-se um crescimento expressivo do setor de catadores em Alagoas no período de 2020 a 2024. O número de organizações de catadores aumentou de 17 para 45, representando uma elevação de 164,7%, o que demonstra maior formalização e fortalecimento coletivo da categoria. Da mesma forma, o número de catadores e catadoras atuantes nas organizações mapeadas passou de 334 em 2020 para 1.048 em 2024, configurando um crescimento de 213,8%. No que se refere ao volume de materiais reciclados, houve um salto de 4.453,89 toneladas em 2020 para 18.014,98 toneladas em 2024, o que corresponde a um aumento de 304,7%. Esse avanço refletiu diretamente no faturamento anual das organizações, que passou de R\$1.234.209,55 para R\$9.857.787,06, evidenciando um crescimento de 698,1%.

Além do impacto econômico coletivo, os resultados também revelam avanços significativos na renda individual dos trabalhadores e trabalhadoras do setor. A renda média mensal dos catadores aumentou de R\$756,87 em 2020 para R\$1.424,29 em 2024, representando um crescimento de 88,2%. Esses dados comprovam a expansão quantitativa do

setor e sua relevância social e econômica, reforçando a importância da reciclagem como estratégia de geração de renda e inclusão produtiva.



Gráfico ilustrativo, fonte: dados anuário de reciclagem 2020 e 2024.

Esses números evidenciam um aumento exponencial na organização e produtividade do setor: o número de organizações praticamente triplicou, enquanto o volume de materiais reciclados aumentou mais de três vezes. O faturamento anual das associações e cooperativas cresceu quase sete vezes impactando diretamente a renda média dos catadores e catadoras, que praticamente dobrou no período.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a formação de cooperativas e associações de catadores, como a COOPVILA, desempenha um papel central na transformação social, econômica e ambiental das comunidades em que estão inseridas. Por meio da organização coletiva, foi possível ampliar a inserção de pessoas marginalizadas no mercado de trabalho, garantindo emprego e renda, além de promover melhorias nas condições laborais e na qualidade de vida, incluindo a equidade salarial entre mulheres e homens. Paralelamente, observou-se uma significativa redução dos estigmas que, historicamente, associavam o trabalho do catador à precariedade. Nesse sentido, a cooperativa contribui para a inclusão social e para o reconhecimento da profissão como atividade essencial à sustentabilidade e à qualidade de vida urbana.

No âmbito ambiental, os impactos também são expressivos. Conforme indicam os dados coletados nas entrevistas, o grupo recolhe, em média, 1.800 toneladas de materiais por mês, cerca de 60 toneladas por dia, que são reciclados e reaproveitados, evitando que esses resíduos terminem nas ruas. Tal prática contribui diretamente para a diminuição de problemas ambientais decorrentes de descartes irregulares e fortalece a lógica da economia circular, demonstrando o papel estratégico das cooperativas na gestão sustentável de resíduos.

Nesse contexto, as mulheres negras assumem um papel de destaque na dinâmica da organização, participando não apenas das atividades de coleta e triagem, bem como da organização interna e da gestão da cooperativa. Sua atuação ultrapassa a dimensão produtiva, configurando-se como um espaço de resistência frente às desigualdades estruturais de gênero, raça e idade historicamente presentes no mundo do trabalho.

As experiências compartilhadas pelas entrevistadas revelam trajetórias marcadas por desafios significativos, incluindo discriminação, sobrecarga de trabalho e invisibilidade social. Entretanto, essas mulheres desenvolveram estratégias coletivas de organização e solidariedade que lhes permitiram consolidar posições de liderança, participar ativamente das decisões da cooperativa e influenciar as políticas internas de distribuição de tarefas e benefícios. A narrativa da líder da COOPVILA evidencia como a união comunitária e a aprendizagem compartilhada fortalecem a autoconfiança e possibilitam a construção de novos papéis sociais, permitindo que essas mulheres transponham barreiras históricas e se afirmem como protagonistas de suas próprias trajetórias.

Assim, a trajetória das mulheres negras catadoras na COOPVILA ilustra claramente a passagem da coleta à liderança, demonstrando que a economia solidária não se limita à geração de renda e à promoção da sustentabilidade ambiental, igualmente cria oportunidades de emancipação social e política. O destaque e resiliência dessas mulheres reforça a necessidade de políticas públicas e iniciativas de fortalecimento das cooperativas que considerem as dimensões de gênero, raça e juventude, garantindo que espaços de trabalho historicamente discriminados possam se transformar em arenas de reconhecimento, valorização e liderança feminina.

Portanto, conclui-se que a experiência da COOPVILA evidencia como a coleta seletiva, realizada por meio da união comunitária, é capaz de promover integração social, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local. Trata-se de um exemplo concreto de

constância e superação, que aponta caminhos para a implementação de políticas estatais e governamentais equitativas no campo do cooperativismo e da economia solidária.

5. REFERÊNCIAS

ABREMA – Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil – 2022. São Paulo: Abrema, 2022.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 03 ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2017.

Catadores de materiais recicláveis : um encontro nacional / Bruna Cristina Jaquetto Pereira, Fernanda Lira Goes (organizadoras) – Rio de Janeiro : Ipea, 2016. 562. p. : il., mapas color. Disponível em:

https://www.ufmg.br/sustentabilidade/wp-content/uploads/2020/12/Catadores-de-Materiais-Recicl%C3%A1veis_IPEA.pdf

Crédito de reciclagem: um exemplo de como a política ambiental pode caminhar junto com o desenvolvimento socioeconômico. Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/nt_credito-de-reciclagem.pdf

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev. Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Economia solidária: uma abordagem crítica. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e lutas pela moradia. São Paulo: Cortez, 2011.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011.
ROSDOLSKY, Roman.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em:
<https://abihpec.org.br/meio-ambiente-2/maosprofuturo/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods-da-agenda-2030-da-onu/>

Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010. Disponível em:
[https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/6c3bf024-4fce-44c1-99f9-8d13246f0263/content#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20dos,da%20PO%20total%20\(6%25\).](https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/6c3bf024-4fce-44c1-99f9-8d13246f0263/content#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20dos,da%20PO%20total%20(6%25).)

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SISTEMA OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2025. Brasília: OCB, 2025. Dados referentes ao ano de 2024. Disponível em: Anuário do Cooperativismo Brasileiro

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.